

Seção Dissertações e Teses

ELOY DE SOUZA: UMA IINTERPRETAÇÃO SOBRE O NORDETE E OS DILEMAS DAS SECAS¹⁰⁷

ELOY DE SOUZA: A INTERPRETATION ON THE NORTHEAST AND THE DILEMMAS OF DROUGHT

Maria Conceição Maciel Filgueira¹⁰⁸

1 INTRODUÇÃO

Sempre vivi no Parlamento e fora dele, não apenas o drama político e partidário da atividade a que fui chamado e às vezes reluto em acreditar que fosse minha vocação. Fosse ou não tivesse sido a verdade é que exerci esta atividade com o pensamento na minha terra e na minha gente, isto é, sofrendo as angústias do meu Nordeste, tantas vezes morto de fome e de sede e sempre vivo e alerta com os compromissos da vida para com a Nação.

Eloy de Souza

Este trabalho estuda o pensamento de Eloy de Souza (1873-1959), intelectual que deixou uma marca exponencial de talento através de uma produção jornalística, cultural e política, no Rio Grande do Norte, Brasil, de sua época. A obra de Eloy de Souza até hoje, primeira década do século XXI, não é muito conhecida e, por isso, dificilmente é debatida no meio acadêmico.

Admite-se que o motivo de ter caído no esquecimento ocorreu devido à falta de interesse e iniciativa das autoridades competentes e oficiais em

¹⁰⁷ Tese defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 07 de agosto de 2009, orientada pelo professor doutor José Antônio Spinelli Lindoso.

¹⁰⁸ Atualmente é professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Chisti - Mossoró - RN. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) Mossoró-RN. 1972. Especialização em Estudos Sociais - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - 1976. Mestrado em Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal- RN. 1998. Doutora em Ciências Sociais - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Natal- RN em 07-08-2009. Presidente da Academia de Letras e Artes Mossoroense (AFLAM) 14--8-2009.

reeditar suas obras. Nessa perspectiva, se questiona: será que isso teria acontecido se não fosse o autor um intelectual e parlamentar de um Estado periférico? Sobre a questão do que está ausente ou presente nos registros discursivos, Paul Ricoeur, filosoficamente, reflete sobre três elementos indissociáveis: a memória, a história e o esquecimento. A memória e a história se perdem, quando há esquecimento. “O esquecimento é o emblema de quão vulnerável é nossa condição histórica.” (RICOUER, 2007, p. 300).

Por sua vez, reconhece-se que a academia deixou de utilizar sua produção como leitura fundamental, ao invés de dar-lhe a devida importância e o reconhecimento merecido, como um intelectual que contribuiu para a sociedade brasileira de seu tempo.

A respeito do esquecimento imposto à intelectualidade brasileira, Darcy Ribeiro, antropólogo, escritor e político mineiro, falava do Brasil como uma máquina de moer talentos e homens. Vivia sempre assustado com a quantidade de pensadores brilhantes que simplesmente eram desprezados, jogados num limbo cruel e idiota, a exemplo de Manoel Bomfim que durante muitos anos foi hóspede desta zona de esquecimento. Embora tenha deixado uma obra magistral na qual explicava, por meio da noção de parasitismo, o atraso da América Latina e do Brasil, ao seu modo, revolucionária como a de tantos outros, entre eles Eloy de Souza, aqui resgatado nesta pesquisa.

2 PRINCIPAIS OBRAS DE ELOY DE SOUZA

As principais obras de Eloy de Souza são **Secas do Norte e cabotagem nacional**, discurso pronunciado no Congresso Nacional, Rio de Janeiro, na Sessão de 28 de novembro de 1906; **Costumes Locais** – primeira conferência proferida, no Palácio do Governo, publicada na Tipografia do Jornal A República, Natal-RN, em 20 de fevereiro de 1909; **Um problema nacional** – projeto de justificação, Congresso Nacional - Câmara dos Deputados em Sessão de 30 de agosto de 1911, Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, Rodrigues & C., 1911; **Cartas de um desconhecido** são 21 cartas

publicadas no Jornal A República no ano de 1914 com o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro, tendo sido publicadas em livro pela Fundação José Augusto em 1969, em Natal – RN.

O Jornal A República, conforme Lindoso (1992, p.17), foi criado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1856-1907), líder da primeira oligarquia do Rio Grande do Norte (formada por ele, Pedro Velho, seu irmão Alberto Maranhão, pelo seu genro, Tavares de Lyra e alguns associados), em 1º de julho de 1889. Tornando-se Pedro Velho de Albuquerque Maranhão governador provisório do RN, “em particular, após a Proclamação da República, esse jornal traduziu um comprometimento com os interesses e perspectivas de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial.” A *República* era, portanto, um veiculador dos atos oficiais do governo. Eloy de Souza foi seu redator, tomando posse, como diretor da Imprensa Oficial do RN, em 18 de dezembro de 1937 e, em 23 de maio de 1941, é nomeado diretor efetivo da Imprensa Oficial.

Dando prosseguimento a suas obras, segue *Conferência em Lages* (sem data determinada, estimando-se ter sido proferida no período compreendido entre 1919-1930); *Cartas de um Sertanejo*, conjunto de 17 cartas publicadas no Jornal Diário de Natal no ano de 1926, usando o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro e publicadas em livro em Brasília: Gráfica do Senado, 1983; *Alma e poesia do litoral do Nordeste*; conferência em benefício da construção da Capela de Santa Terezinha, Natal-RN, 1930; *O Calvário das secas*, considerado o seu livro mais importante publicado pela Imprensa Oficial, Natal-RN, em 1938, em 2ª edição em Mossoró-RN: Coleção Mossoroense, 1976 e em 3ª edição INL/Pró-Memória, FJA, Brasília/Natal, Rio, 1983. Este livro foi o resultado de uma série de artigos de autoria de Eloy de Souza editados no Jornal *A República* em 1937, polemizando com o professor Clodomiro Pereira da Silva, engenheiro da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, autor do livro, *O problema das secas no Nordeste brasileiro*, que discordava dos propósitos da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), resultante do Projeto de Eloy de Souza como Deputado Federal; *Tobias Monteiro*: jornalista

e historiador, publicado no Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1942; *Habitação do Rio Grande do Norte*, artigo publicado no Jornal *A República*, Natal-RN, 1943; *Getúlio e o Estado Nacional*, discurso proferido em 10-11-1943, nos estúdios da Rádio Educadora de Natal-RN (não localizado); *A política financeira e as Caixas Econômicas*, em 1951 (esse livro não foi localizado, nem na biblioteca da Caixa Econômica Federal); *Memórias*, livro iniciado em 1956, ditado por ele aos 83 anos e datilografado por Câmara Cascudo. Após sua morte (07-10-1959), em 24 de dezembro de 1959, Cascudo, anuncia numa Acta Diurna a publicação de *Memórias de um Velho*, título inicial do livro de memórias de Eloy, que em 2ª edição foi intitulado *Memórias*, publicado em Natal-RN: Fundação José Augusto em 1975.

Apesar de extensa, a obra de Eloy de Souza encontra-se incompleta, por vezes, ausente, nas bibliotecas acadêmicas, nas bibliotecas públicas e no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Na Assembleia Legislativa em Natal-RN, onde ele foi Deputado Estadual no triênio 1895-1897, não há nenhum documento a respeito de pronunciamento seu, nem na sua Biblioteca, nem na Secretaria Legislativa. Inclusive a Câmara Federal, onde teve quatro mandatos, como Deputado Federal (1897-1899), (1900-1911), (1912-1914), (1927-1930), e o próprio Senado Federal, do qual foi Senador em três mandatos (1914-1921), (1921-1927), (1935-1937), não dispõem de sua obra nas suas Bibliotecas; aliás, nos seus sites, faltam registros dos seus principais projetos e pronunciamentos, permanecendo dessa forma, na escuridão.

A Biblioteca Eloy de Souza em Natal-RN, onde foi disponibilizado o acervo ali existente para esta pesquisa, é a mais completa dentre as consultadas, mesmo assim, não contém toda a sua obra. É organizada por Rejane Cardoso Serejo, neta da esposa de Eloy de Souza, Alice Xavier de Paula. A esse respeito, um detalhe merece ser esclarecido; ele não teve filhos, casou-se em 16 de fevereiro de 1933, aos 60 anos de idade, com Alice Xavier de Paula (30-01-1888/20-01-1977), aos 45 anos, 15 anos mais nova que Eloy de Souza. Alice, era paraibana de João Pessoa, residia em Natal, viúva, antes

separada do primeiro marido, o artífice Joaquim de Paula Filho, com quem teve quatro filhos: Erasmo, Genival, Eymar e Cloris (mãe de Rejane Serejo), enteados, portanto, de Eloy de Souza. Vale salientar que, além de Rejane Serejo, Vicente Serejo e Otomar Lopes Cardoso (respectivamente, esposo e irmão de Rejane), foram os únicos familiares de Eloy de Souza contatados para este trabalho.

A Coleção Mossoroense, que contém mais de quatro mil títulos, a maior Coleção de trabalhos sobre o Nordeste seco, até hoje reeditados, segundo Aziz Nacib Ab'Saber, professor da USP, publicou *O Calvário das secas, Costumes Locais e outros temas, Conferência em Lages e Um problema Nacional*, um projeto justificado na Câmara dos Deputados, inserido no livro *Memorial da seca*, organizado por Vingt-un Rosado; *Eloy de Souza e Mossoró*, organizado por Vingt-un e Josetine Vasque; outros artigos, retirados dos Jornais *A República* e *A Razão*, foram publicados no 20º livro da seca, organizado por Otto Guerra.

A Razão era um jornal que circulava em Natal nos anos 30 do século passado. Considerado o porta-voz do Partido Popular, fundado em 12 de fevereiro de 1933 pelo doutor José Augusto Bezerra de Medeiros, cuja ata de fundação, ditada pelo doutor Joaquim Inácio de Carvalho Filho, foi escrita pelo menino Aluizio Alves, que tinha 11 anos. Conforme Aluizio Alves (1921-2006), jornalista, advogado e líder político norte-rio-grandense (Deputado Federal - seis mandatos, Governador do Estado, Ministro da Administração e Ministro da Integração Regional), em sua entrevista gravada no programa da Tv Universitária (UFRN), transformada em livro, intitulado *Memória viva de Aluizio Alves* (1998), esse Jornal era de propriedade de Dinarte Mariz. “Ele era o dono da tipografia, e o Diretor era o Dr. Eloy de Souza, o Redator-chefe era o Dr. Gentil Ferreira e os redatores principais eram na época, Damasceno Bezerra, Aluizio Alves e Pedro Matos, que foi Deputado Estadual.” Afirma Aluizio Alves, que teria feito o seu aprendizado jornalístico, precocemente, iniciando aos 11 anos ao lado de Eloy de Souza, sendo, inclusive, um dos seus datilógrafos; o Doutor Eloy escrevia os “artigos de fundo”, como sempre publicados na

primeira página. E era do estilo da imprensa daqueles tempos – virulentos (ALVES, 1998, p. 13).

3 SITUANDO E CONTEXTUALIZANDO ELOY DE SOUZA

Resgatar Eloy de Souza constitui-se da maior relevância, pela sua inserção fundamental, como parlamentar, etnógrafo e jornalista, legando uma visão de mundo e, por conseguinte, influenciando historicamente a vida dos homens. Seria, mais precisamente, uma forma de perceber as ideias e posições políticas no século XIX, dando lugar às polarizações ideológicas que marcaram profundamente a primeira metade do século XX. Assim seria uma contribuição extremamente importante ao conhecimento, possibilitando uma reflexão sobre a realidade brasileira nesse período.

Neto de vaqueiro, perambulando, criança, pelas fazendas da família, cultivara e intensificara vinculações atávicas com o sertão. Mais tarde, pela convivência diversificada, havida nas andanças de político, conhecendo a rudeza dos problemas e auscultando aspirações coletivas, ampliou e aprofundou a visão preservada da infância, impregnando de racionalidade o que tecera de intuição. E o dia-a-dia do jornal lhe emprestaria a perspicácia do repórter, para captar uma realidade por ângulos reveladores de peculiaridade (PEREIRA, 1983, p. 7-8).

Apesar de pernambucano, a sua preocupação estava voltada para o Rio Grande do Norte, berço dos seus familiares, avós paternos, pai e irmãos, vivendo parte de sua infância, adolescência e juventude, entre Recife e Macaíba.

Macaíba era ponto de concentração de todo o comércio do Seridó, Ceará-Mirim, São José de Mipibu e Ribeira do Potengi. Primitivamente, “Coité”, era “considerada a capital política desse Estado à época, onde os acontecimentos que mais interessavam eram conhecidos aí antes de serem em Natal.” (SOUZA, 1975, p. 15). “É importante reconstituir a importância de Macaíba naqueles idos, compreendendo a presença de investidores de outras terras, sobretudo de Pernambuco.” (PEREIRA, 1982, p. 6).

Macaíba foi o lugar do Rio Grande do Norte para onde seus pais, Eloy Castriciano de Souza (1842-1881), e Henriqueta Leopoldina Pedroza de Souza (1852 -1879), se deslocaram para residir, depois do nascimento do primogênito, Eloy de Souza, que ocorreu em Recife, no dia 04 de março de 1873, num sobrado de azulejo no sítio Arraial, de propriedade de seu avô materno, Francisco de Paula Rodrigues (1809-1882). Em Macaíba nasceram os quatro irmãos: Henrique Castriciano de Souza (1874), Irineu Leão Rodrigues (1875), Auta de Souza (1876) e João Câncio Rodrigues de Souza (1877), sendo os dois primeiros na Casa do Porto, na rua da Praia, e os dois últimos na Rua do Comércio. “Casa grande, de homem abastado, de influência política, procurado pelos amigos e fregueses, discutindo eleições e traços para derrubar o conservador no poleiro administrativo.” (CASCUDO, 2008, p. 46).

Perceber o local ao qual o indivíduo pertence é importante, na medida em que a memória se apoia no espaço. A casa é o lugar de acolhimento do ser humano, o espaço do refúgio e da segurança. Pode-se entendê-la não apenas no sentido estrito do patrimônio, mas também do canto da família, do lar, como se diria com mais propriedade. A casa tem sido também utilizada como uma metáfora para significar tudo aquilo que prende a determinados lugares, sejam eles a terra de origem ou da nação.

Assim, Eloy fazia parte de uma família rica, “porém de ascensão recente devido ao comércio, por pouco tempo, até a perda paulatina dos seus bens” (PINHEIRO, 2005, p.94). Seu pai era banqueiro em Macaíba-RN, chefe da Casa “Paula Eloy & Cia”, uma casa bancária financiadora das safras de açúcar de grande parte dos municípios de Ceará-Mirim e São José de Mipibu, incluindo o vale de Cajupiranga, no Rio Grande do Norte. Também político, membro do partido liberal, do qual era chefe o pernambucano Dr. Amaro Carneiro Bezerra Cavalcanti (1825-1890), fixando-se do Rio Grande do Norte, conhecido por Amaro Bezerra, dominando a cena política por mais de 20 anos.

Amparado por essa força política em duas legislaturas, 1878-1879 e 1880-1881, Eloy Castriciano foi Deputado Provincial e membro da Comissão de Orçamento. Acresce que a família ainda herdou várias fazendas do avô

materno, Francisco de Paula Rodrigues, o avô rico, conforme falava Eloy de Souza em *Memórias*. Dessa forma, o filho primogênito do banqueiro e político, Castriciano foi crescendo ao lado da elite social e política do Estado.

Contudo, prematuramente, sofreu o impacto da desestruturação familiar, a perda da mãe, aos seis anos, a do pai aos oito anos e a do avô materno aos nove anos, sendo criado, ele e os quatros irmãos, pela avó materna, Silvina Maria da Conceição (Dindinha – 1828-1908), analfabeta, porém de espírito humanitário e altruísta. Não obstante essas perdas de entes queridos, somada à morte de seu irmão Irineu aos 12 anos de idade, drasticamente incendiado por um candeeiro a gás no Sítio Arraial (Recife), Eloy, como os irmãos, cedo revelou seu talento e mente privilegiada.

Henrique Castriciano (1874-1947) foi secretário e colaborador dos governos de Alberto Maranhão e Tavares de Lyra e vice-governador do Estado. Destacou-se como escritor e poeta, com as obras *Ruínas*, *Vibrações* e *Mãe*. Desenvolveu a campanha pela educação popular, priorizou a educação feminina, fundando a Liga do Ensino, alicerce para a fundação da Escola Doméstica de Natal, em 1º de setembro de 1914.

Irineu Leão (1875-1887) era o “irmão mais corajoso, o mais paciente e de inteligência mais aguçada no campo das belas artes. Versejou muito cedo, mas quando lhe descobríamos os versos rasgava-os.” Tinha tendência para pintura (SOUZA, 1975, p. 46).

Auta de Souza (1876-1901), nos seus 25 anos de existência, rompendo com o preconceito feminino da época, tornou-se escritora e “deixou na sua poesia a expressão de uma candura de fé religiosa, que lhe valeu o conceito de primeira, senão única poetiza católica do Brasil, destacando-se com seu único livro, *O horto*.” (SOUZA, 1975, p. 46). O *horto* reflete a gratidão da poetiza dedicando os seus versos à avó, “alma sagrada, velhinha amada, hóstia guardada num cibório de ouro [...]” (CASCUDO, 2008a, p. 185).

João Câncio (1877-1933) versejou sem ser poeta e tocou piano sem conhecer uma só nota musical. Dos irmãos era o único que tinha paixão pelos

números e chegou, sem mestre, a ser contador perito. Aprendeu também inglês sozinho. (SOUZA, 1975 p. 49).

Quanto a Eloy de Souza (1873-1959), em Macaíba aprendeu as primeiras letras, aos cinco anos de idade. Em Recife, estudou em seis escolas. Visando bacharelar-se em Ciências Jurídicas e Sociais, ingressou na Faculdade de Direito de Recife. Um dos mais antigos e tradicionais estabelecimentos do ensino superior no Brasil, criado, juntamente com a de São Paulo, por lei do Imperador D. Pedro I, sob o primeiro Reinado. Continua, assim, uma existência, onde nasceu e floresceu o movimento intelectual poético, crítico, filosófico, sociológico, folclórico e jurídico conhecido como a Escola do Recife, nos anos de 1860 e 1880 e cujo líder era o sergipano Tobias Barreto de Meneses. Outras figuras importantes do movimento foram Sílvio Romero, Artur Orlando, Clovis Bevilacqua, Capistrano de Abreu, Graça Aranha, Martins Júnior, Urbano Santos, Abelardo Lobo, Vitoriano Palhares, José Higino, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco.

A carreira de Direito era a mais valorizada e promissora à época. Para os nordestinos, a Faculdade de Direito de Recife e o Seminário de Olinda eram as opções para os homens que pretendiam se tornar, bacharéis, políticos e sacerdotes. As linhas norteadoras do pensamento dessa Faculdade voltavam-se para o positivismo, o materialismo darwinista e o evolucionismo.

Naquele período, o positivismo comteano explicava como natural a ordem de dominação burguesa em processo de construção. Procurava contrapor a ela um poder espiritual regulador, que, ao atingir moralmente os homens, reformulando suas representações sociais, ofereceria um discurso sobre o social no qual o ponto de vista da classe dominante, que se esforçava para manter as condições objetivas de sua predominância na estrutura, aparecia como universal a todos os sujeitos, pois somente este ponto de vista garantia a manutenção da ordem. A necessidade do Estado, enquanto coordenador e mantenedor do organismo, tornara-o legítimo, fazendo dele o ator político capaz de garantir a unidade social. Isso permitia a construção de uma identidade e homogeneidade natural à sociedade, negando o processo

histórico-social constituído pela divisão em classes e fundado pela luta de interesses sociais. O Estado, em Comte, englobaria e ocultaria a divisão e a luta de classes contidas no social, figurando como homogeneizador da sociedade. Suas divisões inegáveis reduzem-se a um dado empírico, que faria parte das condições de vida de cada um, determinadas pelas leis sociais (COMTE, 1974).

Nesse sentido, o centro principal de irradiação da doutrina positivista era a cidade do Recife, através da Escola de Direito, cujo iniciador foi Tobias Barreto que, com seu temperamento irrequieto, tomou posteriormente outros caminhos no domínio do pensamento. O mesmo ocorreu com outros dois vultos eminentes deste grupo, Sílvio Romero e Clóvis Bevilacqua, que passaram a orientar-se pelo Evolucionismo spenceriano, apesar da influência comteana que os acompanhou sempre.

A filosofia de Spencer, nada mais era que um desdobramento do positivismo comteano e uma verdadeira adaptação à doutrina de Darwin. O evolucionismo de Spencer recebeu importante influência de Comte e apresenta, simultaneamente, uma compreensão biológica, psicológica, sociológica e ética da realidade. Quanto à ética da realidade, Spencer postula uma ética utilitarista, procurando mostrar que as ações que possuem como fim o prazer servem para aumentar a conservação da vida. A evolução da espécie, desta forma, deverá fazer com que prazer e dever coincidam naturalmente. Assim, a ética spenceriana radica no indivíduo, uma vez que se processar-á nele a mais perfeita adaptação entre o meio externo e seus conteúdos internos. O indivíduo, alcançando este estágio de evolução, tende por si próprio, servir ao seu próprio aprimoramento e, simultaneamente, à evolução da coletividade (SPENCER, [1896?]).

Apesar de todo o empenho, no intuito de se formar em Direito, Eloy de Souza encerrou a sua vida acadêmica concluindo o curso de Ciências Sociais, no qual formou um círculo social de elevado nível cultural. Conviveu com as altas figuras do mundo intelectual, mantendo relacionamento com personalidades importantes das mais diversas localidades, do Estado, da

região e até do país, privando com os grandes Jornalistas brasileiros, os poetas, os romancistas, os historiadores, os cronistas, a exemplo de Capistrano de Abreu, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, José do Patrocínio, dentre outros.

Em 1894 interrompeu o bacharelado, pois foi convocado, exortado por Pedro Velho (1856-1907), conhecido da família em Macaíba, grande oligarca do Rio Grande do Norte, para representá-lo politicamente. Conforme Eloy de Souza, assim falou o comandante: “liquide essa bacharelize que preciso de ti no Rio Grande do Norte.” (SOUZA, 1975, p. 61). Assim, em 1895 ele “[...] volta definitivamente para o Estado. O onipotente Pedro Velho, governador, chefe supremo do Rio Grande do Norte, pedira-lhe que abreviasse os estudos porque necessitava dos serviços dedicados de gente moça e lépida.” (CASCUDO, 2008a, p. 72).

Em 14-06-1895, Eloy de Souza, conforme a Cronologia de Rejane Cardoso (2007) e segundo o próprio Eloy de Souza em *Memórias*, ele foi “[...] nomeado Delegado de Polícia de Macaíba na administração do Governador Ferreira Chaves [...]” (SOUZA, 1975, p. 63). Porém, baseado em dados históricos, verifica-se uma contradição, pois o Governador do Estado à época era Pedro Velho (1892-1896). De acordo com Câmara Cascudo em *Vida de Pedro Velho*, este foi “eleito governador pelo congresso Legislativo Estadual, assumindo em 28 de fevereiro de 1892” e entregando o seu mandato em 25 de março de 1896 (CASCUDO, 2008b, p. 132). Desse modo, confrontando as datas, admite-se que a nomeação de Eloy de Souza tenha sido feita mesmo por Pedro Velho. Em seguida é eleito Deputado Federal (1897-1915) aos 24 anos de idade, na Primeira República, sendo considerado o mais jovem do Brasil.

Nessa perspectiva, a partir da confluência de suas vivências, Eloy de Souza vai moldar a sua forma de pensar, de acordo com as ideias de atores políticos do Rio Grande do Norte que buscavam acompanhar as exigências da evolução, progresso e modernização do momento. Augusto Severo, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Lamartine, Henrique Castriciano,

Manoel Dantas, Alberto Maranhão e tantos outros pertencentes à sua geração visavam reformar a ordem vigente, porém mantendo a estrutura social; modernizar os ares da capital e do Estado, mas sem alterar a base estabelecida.

Augusto Severo (1864-1912), cientista macaibense irmão de Pedro Velho e Alberto Maranhão, considerado “mártir da aviação” por ser vítima de seu próprio invento, morrendo no Balão Pax, ao sobrevoar a França; José Augusto (1874-1971), seridoense, Deputado Estadual (1913-1915), Deputado Federal (sete mandatos), Senador (1928-1930), Governador (1924-1927) que introduziu a primeira universidade popular do Rio Grande do Norte e as aulas através de conferências. Juvenal Lamartine (1874-1956), advogado seridoense de Serra Negra, [Governador](#) e Vice-governador do Estado do [Rio Grande do Norte](#), Deputado Federal (1906-1926) e Senador (1927-1928), que dotou o Estado de uma moderna infraestrutura, representada por estradas, pontes, escolas, campos de pouso no interior; Henrique Castriciano apontado anteriormente; e Manoel Gomes de Medeiros Dantas (1867-1924), seridoense de Caicó, advogado, juiz, que adotou o ensino profissional agrícola, abordando a técnica de adubação; Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1872-1944), natural de Macaíba, irmão de Pedro Velho e Augusto Severo, governou o Estado no período de 1900-1904 e 1908-1913, Deputado Federal (1927-1929), estimulou o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Norte, inaugurando o Teatro Carlos Gomes (hoje Alberto Maranhão), fundando o Conservatório de Música, o Hospital Juvino Barreto (hoje Onofre Lopes), implantando a luz elétrica em Natal e, posteriormente, os bondes elétricos.

Na esteira desses norte-rio-grandenses, Eloy de Souza também se preocupou com o progresso da região. Ao interpretar o Nordeste e as secas, explorou o aspecto cultural para criar os núcleos temáticos de seu discurso orgânico: Nordeste¹⁰⁹, Rio Grande do Norte, sertão, sertanejo, vaqueiro, tradições sertanejas, natureza madrastra, seca, flagelado, modernização, irrigação, nação, articulando-as organicamente, para dar sentido ao seu

¹⁰⁹ Muitos escreveram sobre o Nordeste em várias perspectivas, daí, para uma maior compreensão da questão, essa discussão será feita na segunda parte deste trabalho.

trabalho literário, jornalístico e, sobretudo, político. Através dessas categorias, ele cria uma certa idealização de um estilo de vida que corresponde à dominação tradicional, contribuindo para a sua reprodução. Por outro lado, ele estava interessado em sua sobrevivência política como dirigente, intérprete e representante de uma fração regional da classe dominante, ao mesmo tempo em que pensava em dar sentido, ou seja, em dar a essa direção política um caráter “hegemônico”¹¹⁰. Em suma, Eloy pretendia manter direção política e a garantia do poder, buscando o consenso, tentando legitimar-se. Ao mesmo tempo, deixou uma contribuição etnográfica, pelo fato de resgatar e descrever costumes e tradições culturais.

Por essa via, elaborou uma visão de mundo a partir da realidade sertaneja vivida na infância, na adolescência, reelaborada na idade adulta e ainda inventou um personagem para lhe reforçar os argumentos, traduzindo mais fielmente essa realidade. Chamava Jacinto Canela de Ferro, cuja razão ele mesmo explica: “Quando conto sob o pseudônimo Jacinto Canela de Ferro, episódios da vida sertaneja ou descrevo as paisagens e os costumes de nossa terra, não faço mais que recorrer à memória do coração e deixar que ela fale no alvoroço da saudade que me é tão doce acalantar.” (SOUZA, 2003, p. 25).

“Canela de Ferro” é uma metáfora representativa de umas pernas fortes, capazes de aguentar as durezas do sertão. Desse modo, fica claro que Eloy cria um Sertão no seu imaginário para servir de parâmetro para a nação, em que Canela de Ferro o traduz na realidade. Por conseguinte, ele ressalta as qualidades sertanejas, esquecidas, distorcidas e discriminadas, equiparando-as e por vezes suplantando-as aos homens do litoral, tentando passar uma identidade sertaneja a partir do seu imaginário.

Imaginário, na visão do filósofo grego e cientista social, Cornelius Castoriadis (1922-1997), tem a ver com criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de alguma coisa. Seus produtos é o que

¹¹⁰ SPINELLI, José Antonio; LYRA, Rubens Pinto. Capitalismo de acumulação flexível e as categorias gramscianas. *Cronos: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN*. Natal, v.8, n.2, p. 567-587, jul./dez. 2007.

se denomina realidade e racionalidade. Sua obra ressalta que pensamento de qualquer objeto é apenas um modo e uma forma do fazer social-histórico (CASTORIADIS, 1982).

Para esse autor, a Sociedade resulta como produto de uma instituição imaginária. A imaginação, seria, portanto, o princípio fundador da sociedade, em uma dimensão de criação continuada. Sua obra inclui reflexões sobre a linguagem e os pensamentos, herdados ou construídos, que refletem as tendências da instituição da sociedade (CASTORIADIS, 1982).

Compreender, captar o simbolismo corresponde a captar as significações que o constituem, e através da organização de significados e significantes, transmitir algo com característica global, com sentido articulado, pela combinação de signos, de modo a permitir definir uma identidade, mesmo que parcial, no mesmo código de mensagens cuja composição pode ser diferente (CASTORIADIS, 1982).

Desse modo, a realidade configura o real, retirado pelo imaginário através do simbólico. Este representa um processo permanente de criação do fluxo imaginário em seu componente imaginável. Portanto, as representações do sujeito são oriundas de construções históricas, podendo ser transmitidas e também construídas individual e coletivamente. Corroborando esse ponto, Laplantine e Trindade (1997, p. 24), afirmam que “o imaginário, portanto de maneira geral, é a faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de apresentação de uma coisa, ou fazer aparecer uma imagem e uma relação que não são dadas diretamente na percepção.”

Assim, a partir desse imaginário sertanejo, como político Eloy vai abarcar a causa dos flagelados da seca do Nordeste, em especial, do Rio Grande do Norte, fazendo o seu primeiro pronunciamento na Câmara Federal na sessão de 28 de novembro de 1906, sobre as secas do Norte. Ele havia visto a seca de 1877, aos quatro anos de idade, defrontando-se com um triste quadro de um retirante morrer às portas da fazenda de seus familiares, e a de 1904 e 1906, já como Deputado, em Natal, sendo agora a cena de uma invasão à procura de abrigo, que muito o impressionara.

Para o nordestino, há dois tipos de seca, entendida como ausência de chuvas: o tipo de seca anual, que dura de sete a oito meses, não sendo esta um grande problema, pois o sertanejo já está preparado, dispondo de reservatórios de água que permitem atravessar esse período. O outro, em que as secas periódicas se efetivam em um espaço de tempo normalmente chuvoso — dezembro a março — não caindo as chuvas esperadas, fazendo com que aquele período seco de sete a oito meses se estenda por dois e às vezes três a quatro anos. São essas secas que serão discutidas neste trabalho, haja vista serem dilemas constantes para o sertanejo nordestino desde o século XVI.

Vale ressaltar que, o primeiro registro de seca no Nordeste remonta a 1559, segundo narra o livro *História de Companhia de Jesus do Brasil*, do Padre Serafim Leite. (GUERRA, 1989). Conforme esse autor, apesar de afetarem índios e os primeiros colonizadores, as secas dos séculos XVI e XVII não tiveram grande impacto, devido ao número reduzido de habitantes e a abundância de recursos naturais que minimizavam os efeitos da seca. A partir do século XVIII começam as secas de maior gravidade, como a de 1777-1788. Dentre as secas que causaram maiores prejuízos, destaca-se sobremaneira a de 1877-1879, que ocasionou a perda de mais de meio milhão de vidas. Isto ocorreu também devido à total falta de preparo das autoridades para enfrentar o problema. Por terem sido tão avassaladoras, as consequências desta seca passou a ser conhecida como “seca grande”, motivando, assim, o Império a tomar as primeiras medidas para combater os efeitos das estiagens no Nordeste.

Na verdade, a seca de 1877 foi, por muitos, considerada realmente cruel, a exemplo do que relatava, angustiado, Sabino Maciel Júnior, nascido em 1897, em Jardim-CE; a respeito disto, expressa Filgueira:

Meu pai contava que a coisa foi tão danada que só em dizer que, as pessoas diante da fome se sujeitavam a comer até cardeiro, já dizia tudo. [...]. As reses, só o “couro e osso” e os pobres dos borregos tombando de fome, [...] os açudes, as plantações, torradas pelo sol causticante. [...] A seca de 1915 esta, presenciei de perto. Nesse período aconteceram duas tragédias: o grande prejuízo dela

decorrente, que representava a perda de todo rebanho bovino e ovino além da destruição da agricultura e o pior, a morte do nosso querido e admirado pai. [...] Morreu bem dizer à míngua (FILGUEIRA, 2000, p. 26).

No romance mais popular da escritora Raquel de Queiroz, *O Quinze*, ela retrata a esperança, a fome, o milagre, a morte, a separação e a fé em Deus de que um dia chuvoso irá melhorar a vida de muitos retirantes sofredores. A obra escrita em 1930 conta a saga de retirantes com muita fome que chegam a se alimentar de tripas de carneiro e até mandioca crua, envenenando-se durante a seca de 1915, que também foi vivida pela escritora, afirmando ter sido um dos períodos mais dramáticos que o povo do interior cearense atravessou, onde tudo era devastado por um sol escaldante. Enquanto a seca de 1932 foi o ponto culminante do ciclo fatal. Ilustrando esse quadro, na literatura brasileira há várias obras que contam a história de sertanejos que emigram isolados ou em grupo, fugindo da seca. Entre eles estão *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, *A bagaceira* de José Américo, *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto, dentre outras.

Diante dessa realidade, Eloy de Souza se destaca como precursor das primeiras leis para combater as secas no Nordeste e os seus dilemas. Em 1907 idealiza e redige regulamento para a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), mais tarde, denominada Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), hoje Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

Em 1910 foi ao Egito visitar suas grandes barragens e o sistema de irrigação perene. Aproveitou para ir a Paris, a Alexandria, Jerusalém, Lausanne e Interlaken, na Suíça (SOUZA, 1975). Em 1911 apresentou um projeto à Câmara dos Deputados para implantação de amplo programa de obras de irrigação, onde aproveitou para defender o plantio de algodão em terras irrigadas, cujas plantações acabara de ver no Egito, sendo em seguida publicado sob o título, *Um problema nacional*. No entanto, foi arquivado por oito anos.

Em 25 de dezembro 1919, o paraibano Eptácio Pessoa ressuscita o projeto de autoria de Eloy de Souza, que foi aprovado e sancionado, e durante algum tempo foi chamado Lei de Natal, de número 3.965. “O projeto de 1911 e a Lei Eptácio Pessoa são uma e a mesma coisa nas suas expressões capitais. Criaram o Fundo de Irrigação também denominado Caixa das Secas”, segundo o próprio Eloy (SOUZA, 1975, p. 75).

Eloy de Souza ainda teve participação ativa na Lei 175, a Terceira Contra as Secas, sancionada em 7 de janeiro de 1936, pelo Presidente Getúlio Vargas. Essa Lei regulamentou o Art. 177 da Constituição Federal de 1934. O Senador Eloy de Souza foi relator da Comissão que emitiu o Parecer. Em 1937 encerra a carreira parlamentar, em função do Estado Novo, porém, ele ainda ocuparia cargos públicos e políticos. “Não acabou aí a minha vida pública. Ela ainda continuou, felizmente, por pouco tempo nos embates alternativos de grandes prazeres e pungentes desgostos.” (SOUZA, 1975, p. 71). Ainda ocupou os cargos de Diretor da Imprensa Oficial do Estado, Presidente do Conselho Consultivo do Estado e Diretor da Caixa Econômica Federal (SOUZA, 1975).

Em suma, Eloy de Souza se destacou pelo seu pioneirismo na criação de leis de combate as secas, iniciando a campanha de irrigação através de técnicas modernizadoras inspirado na última geração da tecnologia adotada na Argentina, Egito, Inglaterra, Estados Unidos, propiciando a perfuração de poços, construção de estradas, visando solucionar os problemas das secas e do atraso regional.

Alguns autores escreveram sobre Eloy de Souza, a exemplo de Câmara Cascudo, Aluízio Alves, Vicente Serejo, Veríssimo de Melo, Otto Guerra, Francisco das Chagas Pereira, Tereza Aranha, Benedito Vasconcelos Mendes, João Maria Furtado, Janice Theodoro da Silva e Rita de Cássia Ribeiro.

Câmara Cascudo, antropólogo e folclorista norte-rio-grandense de renome nacional, conhecido internacionalmente, falou a seu respeito em diversas situações: elaborou uma Necrologia, intitulada *Dr. Eloy de Souza* (sócio fundador), juntamente com Raimundo Nonato da Silva e Tarcísio da N.

Medeiros, publicada na Revista do IHGRN, Vol LIII (CASCUDO; SILVA; MEDEIROS, 1960). Cascudo ainda prefaciou seus livros, *Calvário das secas*, *Memórias*; redigiu vários artigos e breves apanhados de sua biografia, salientando o seu grande potencial como jornalista e político, além de ressaltar o seu pioneirismo no campo da antropologia do Rio Grande do Norte.

No campo jornalístico, segundo Cascudo (1959), nenhum norte-riograndense terá um número de artigos superior a Eloy de Souza; de 1894 até semanas antes de “fechar os olhos”, Eloy de Souza valeu-se do Jornal como veículo divulgador e forma de expressão do pensamento. Escreveu milhares de artigos, onde, normalmente, conversava e ditava um artigo, ao mesmo tempo.

Aluízio Alves discorda da versão, na qual se dizia ser comum Eloy ditar dois, três artigos, concomitantemente:

Há um folclore de que Doutor Eloy de Souza ditava, sistematicamente, três artigos de uma vez. Não é verdade. Apenas houve o seguinte: ele escrevia uma série de artigos sobre a zona do Mato Grande, problemas da seca, problemas de água da região. Artigos a pedido de João Câmara e escrevia o artigo principal do dia. Um dia ele estava ditando um artigo para mim ... no Jornal, “A Razão”, o artigo sobre Mato Grande, quando cobraram da oficina o artigo político que ele tinha esquecido. Ele sempre ditava de manhã. Eu passava cedo na casa dele, quando ele não ia ao jornal, antes de ir para o Colégio ou ele ditava para Damasceno Bezerra, o que ele não gostava, porque era muito demorado, ou então, ditava para Osmar Medeiros, que também não era à máquina, era à mão, mas escrevia mais rapidamente (ALVES, 1998, p.29).

Prosseguindo, Aluízio (1998, p. 29-30), diz:

Eu era o datilógrafo principal dele, porque escrevia à máquina com certa rapidez e o Doutor Eloy de Souza tinha um hábito assim, ele gostava do elogio ao próprio artigo. Ele ditava uma frase e dizia: - Está chinfrim, tá ruim? Para a gente dizer: - Está ótimo! – Você acha mesmo? – Acho! E continuava. Ele estava ditando para mim, quando cobraram o outro artigo. Ele resolveu: Damasceno, vem pegar esse artigo sobre Mato Grande, que vou ditar o artigo político, o editorial para Aluízio. Damasceno veio para a mesa da primeira sala e eu fui para a segunda sala. Ditava um pedaço de um (porque os dois tinham de sair no mesmo dia), ditava um pedaço do outro, chegava, punha o dedo em cima da folha de papel e indagava: - O que é que eu estava dizendo? – Eu relia a frase e ele continuava. Mas, isso aconteceu, ao que me lembro, uma só vez. O resto é folclore. .

Era considerado jornalista do artigo-de-fundo, do *suelto* e da “vária” informativa e sutilmente orientada. Conheceu e privara da convivência com os grandes jornalistas do passado: Ferreira de Araújo, Eduardo Salamonde, Quintino Bocaiúva, José do Patrocínio, João Laje, Edmundo Bitancourt. Tempo em que a reportagem não se aclimara ao Brasil e apenas os “furos” consagravam os afoitos, os atrevidos, os felizes vencedores da corrida no campo da primeira informação (CASCUDO, 1959).

Na área da política, de acordo com Cascudo (1989), uma vez permanecendo na Câmara e no Senado, de 1897 a 1930 e ainda, 1935 a 1937, sendo, portanto, um dos mais antigos parlamentares do Brasil, a história política da Primeira República, naturalmente, passara ao alcance dos seus olhos, tomando conhecimento de tudo e muitas vezes contando com a sua participação; desde Prudente de Moraes a Getúlio Vargas, conviveu com todos os Chefes de Estado, percebendo de perto as batalhas e as escaramuças partidárias.

Quanto ao aspecto cultural Cascudo o considera um dos primeiros mestres do Folclore (CASCUDO, 1977a), quando chegou a se destacar em 1909 com a sua obra *Costumes locais*. O próprio Eloy deixou clara a sua intenção de contribuir neste sentido, ao dizer que o seu fim era, “[...] unicamente registrar usanças, fatos, costumes e tradições, que aproveitem aos que desejem estudar o meio nordestino,” em *Carta sertaneja* publicada no livro *Costumes locais e outros temas* (SOUZA, 1982, p. 62).

Corroborando nesse sentido, Vicente Serejo, professor universitário na área de Comunicação Social, colunista do *Jornal de Hoje* vai mais além, ao se referir a uma série de quatro artigos de Eloy de Souza sobre a *Habitação do Rio Grande do Norte*, dizendo formar no seu conjunto “um olhar ensaístico, numa tal modernidade de observação, pelo talhe de concisão e clareza, que pode ser visto como um ensaio de compreensão.” (SEREJO, 2003a, p. 2).

Conforme Veríssimo de Melo (1921-1996), natalense, advogado, jornalista, professor universitário, antropólogo (folclorista) de renome nacional, esboçando traços de sua biografia ao fazer o “elogio” na Academia Norte-Rio-

Grandense de Letras, ressaltou os valores intelectuais, não apenas de sua pessoa, como também de seus irmãos, Henrique Castriciano (homem de letras) e Auta de Souza (poetisa) acrescentando:

No jornalismo político, onde mais se destacou de estilo espontâneo, incisivo, claro, Eloy utilizou todas as armas da razão e do bom senso no sentido da orientação política que defendia com ardor cívico e lealdade. Mas, ao lado do artigo prudente, sensato, escrevia também terríveis sátiras para demolir o prestígio dos adversários (MELO, 1974, p. 149).

Otto Guerra (1973), advogado e professor universitário, fez um apanhado sucinto da trajetória de Eloy de Souza numa retrospectiva de sua vida, política, de escritor e jornalista. por ocasião do centenário de seu nascimento, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, na qual Eloy de Souza ocupava a Cadeira de número 15, tendo como patrono o Senador Pedro Velho.

Francisco das Chagas Pereira (1982), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), publicou o livro, *Eloy de Souza: textos regionalistas*, através do “Projeto Memória”, Coleção Autores Potiguares como material didático, destinado a estudantes de 1º e 2º graus. Para tanto, priorizou as suas cartas, com o pseudônimo de Jacinto Canela de Ferro, chamando a atenção para o seu espírito regionalista, voltado para a reflexão da realidade na qual estava inserido, ou seja, o Estado do Rio Grande do Norte; Pereira ainda organizou e prefaciou o seu livro, *Cartas de um sertanejo* (1983);

Tereza Aranha (1986), assistente social, na UFRN dedicada ao estudo da seca, hoje documentalista (como ela mesma se autodenomina), organizou os seus artigos publicados no Jornal “A Razão”, resultando no livro *Economia das secas: artigos de Eloy de Souza*.

Benedito Vasconcelos Mendes, professor doutor, aposentado da Universidade Federal do Semi-árido (UFERSA), antes Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), cientista e pesquisador do Semi-árido, na Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências, fez o “elogio” a Eloy de Souza, intitulado *Eloy de Souza: sua luta contra as secas*. Esse texto tornou-se um dos

capítulos do livro de Vasconcelos, *O semi árido na visão de três grandes homens* (Felipe Guerra, Eloy de Souza e Vingt-un Rosado).

Toda a produção sobre Eloy de Souza se reveste de conteúdos enaltecedores de sua obra, a exceção de João Maria Furtado (1976), em seu livro, *Vertentes*, que, em várias passagens de suas memórias, não perde a oportunidade de criticar os seus posicionamentos situacionistas, conservadores, reacionários.

Igualmente, Janice Theodoro da Silva (1978), professora titular, pós-doutora da Universidade de São Paulo (USP), em seu livro, *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste-1889-1930*, resultado de sua dissertação de mestrado, denuncia o seu discurso em favor da ideologia do “progresso nacional”, que emergiu na Primeira República, quando a “política dos governadores” restringiu a uma só oligarquia o domínio da política. Impediu o surgimento de um debate capaz de questionar o planejamento como única alternativa para o desenvolvimento do Nordeste. O planejamento, assim, nesse novo complexo ideológico, configuraria a resposta técnica aos conflitos políticos e econômicos geradores das desigualdades regionais.

Procurando explicar melhor esta questão, ela vai desvendar alguns traços essenciais da história política do Nordeste na Primeira República, voltando-se para o Rio Grande do Norte, privilegiando o nível ideológico. Assim, buscou as raízes da ideologia do planejamento do Nordeste; e encontrou, nas tensões geradas no seio da política oligárquica da República Velha, quando as contradições se tornaram mais acirradas, impondo a busca de soluções aos permanentes problemas nordestinos numa esfera “neutra” (a do planejamento).

Para entender essa política, retoma-se a acepção original da palavra oligarquia, como governo de poucos, contudo, observe-se a explicação de Spinelli Lindoso, a respeito do pensamento de Carone sobre o funcionamento das políticas oligárquicas na Velha República, vista por ele como pertinentes:

[...] Carone faz uma distinção entre os Estados mais adiantados onde a estrutura social era mais complexa e a dos Estados ‘menos ricos’. Naquelas havia maior equilíbrio entre as várias facções e as famílias oligárquicas e, por isso, a estrutura partidária era mais forte,

funcionando as comissões centrais de Partidos Republicanos como elemento moderador entre as correntes em luta; ao passo que, nos últimos, 'o controle do grupo ou família é quase absoluto.' O Rio Grande do Norte, Estado atrasado e de economia pouco diversificada, se enquadrava obviamente neste último caso. A história política deste Estado, de 1889 a 1914 foi, em certo sentido, a história do predomínio absoluto da família Maranhão (Pedro Velho, Tavares de Lyra, Alberto Maranhão e alguns associados), à qual se seguiu a fase do domínio pessoal de Ferreira Chaves, representando, do ponto de vista político, um momento de equilíbrio instável entre as facções em luta que se prolonga no período governamental de Antonio de Souza (1920-1924) (LINDOSO, 1992, p. 9).

Para Lindoso,

a instauração do regime republicano abriu espaço à consolidação das oligarquias à medida em que a descentralização conferiu maior autonomia ao aparelho regional de Estado, permitindo às facções regionais das classes dominantes um maior controle sobre a máquina administrativo-repressiva (definição da política fiscal, contratação de empréstimos externos, emissão de apólices, criação de novas repartições e serviços, nomeações de autoridades e funcionários estatais, etc.) (LINDOSO, 1992, p. 8).

Complementando, Rejane Cardoso no livro, *400 nomes de Natal*, afirma que

Pedro Velho (1856-1907) era filho primogênito de Amaro Barreto e Dona Feliciano [...]. Além de Clinicar em cardiologia, ginecologia e obstetrícia prestou concurso e ensinou história no Atheneu Norteriograndense. [...] Em 1892 foi eleito pelo Congresso do Estado o primeiro governador. Governou até 1896, quando com a morte de Junqueira Aires, foi conduzido à sua vaga na Câmara de Deputados. Em 1896-1906 foi Senador da República. Político que permaneceu no poder durante 18 anos consecutivos faleceu a bordo do vapor Brasil em Recife-PE, em 1907 (CARDOSO, 2000, p. 629).

Ainda no período da Primeira República, conforme Silva (1978), algumas alterações de ordem política e econômica modificaram a forma do discurso democrático no Nordeste. A defesa dos interesses regionais, como ocorreu na campanha republicana e na instalação do regime republicano (definição das oligarquias no poder em cada Estado) – foi substituído pela defesa dos interesses nacionais. Essas alterações se configuraram na medida em que as oligarquias detentoras do poder em cada Estado e da manutenção das máquinas administrativas, desfrutando, ainda, do apoio da União, não

precisavam mais defender a autonomia regional. Inaugurava-se, a partir deste momento, uma nova fase, na qual os Estados em “retrocesso”, econômico, passavam a exigir o auxílio da federação. Desse modo, o pleno funcionamento da “política dos governadores” vinculada a um “retrocesso” da economia nordestina servirá apenas para agravar o desequilíbrio regional. A classe hegemônica, vinculada ao Estado de São Paulo e Minas Gerais, saberá integrar o Nordeste no conjunto da Federação como fornecedor da força de trabalho e de capital para o fortalecimento da acumulação na região Centro Sul (SILVA, 1978).

A integração do Nordeste dessa forma acentuará o seu retrocesso. Isso não passará despercebido pela bancada nortista, que será lentamente incorporada à ideologia nacional mais diretamente comprometida com os interesses da classe hegemônica (oligarquia paulista e mineira). Por essa via, iam sendo amenizados os conflitos no interior da classe dominante (SILVA, 1978).

Essa questão decorre da expansão da produção capitalista no Brasil, que definiu papéis diversos ao Nordeste e à região Centro-Sul, gerando disparidades, tendo a ideologia do progresso nacional, por objetivo, eliminar essas contradições surgidas (SILVA, 1978).

Desse modo, foi delegado ao Nordeste o papel de defensor dos “interesses nacionais” e alguns problemas específicos do Rio Grande do Norte, como a seca, dentre outros, serviu de porta de entrada para a formação da ideologia do “progresso nacional”. A referida ideologia indicou a Federação como sede, centro do progresso e o planejamento, como técnica engajada em planos que visassem ao desenvolvimento econômico nacional (SILVA, 1978, grifo nosso). Mas, a formulação deste sistema ideológico encontrará sua versão mais acabada, quando conseguir cindir o nível político ao nível econômico, afastando definitivamente os impasses criados pelo debate sobre a política oligárquica e formulando, ao nível de “planos econômicos”, soluções técnicas para resolução dos dilemas da economia interna (SILVA, 1978). Esta mudança de enfoque, para Silva, representou um enfraquecimento da

percepção dos problemas políticos, devido “[...] à crescente pulverização da realidade permitida por esta ideologia progressista e tecnicista elaborada nos Estados do Sul, ansiosos por acelerar o processo do seu ‘desenvolvimento’.” (SILVA, 1978, p. 96). A transplantação desta ideologia para os Estados do Nordeste delega ao nordestino o sentimento de desigualdade em relação aos irmãos “desenvolvidos”, aparecendo, sempre como ‘mendicante da solidariedade nacional’. (SILVA, 1978).

Diante desta realidade, ela ataca o discurso pronunciado pelo deputado Eloy de Souza na sessão de 28 de novembro de 1906, ao justificar a necessidade da União fornecer verbas à produção nordestina, transparecendo que o desenvolvimento econômico do Nordeste não é mais importante em si mesmo, mas porque as suas consequências se reverterão em benefício da federação (SILVA, 1978).

Segue a censura, pelo fato de ele sugerir a criação de comissões técnicas, visando melhorias necessárias ao combate às secas, e afirmar que “[...] os gastos efetuados reverteriam em benefícios da União na medida em que gerariam um barateamento de mão-de-obra, já que as secas não iriam ‘tirar a vida’ de tantos ‘sertanejos’, que poderiam ser utilizados pelas lavouras do Sul.” (SILVA, 1978, p. 97-98).

Para essa autora, o discurso demonstra de forma extremamente nítida como Eloy de Souza assume a ideologia do progresso nacional, baseando-se, não nas necessidades do Estado de origem, mas nos interesses daqueles mais desenvolvidos, ou seja, dos cafeicultores que necessitam de mão-de-obra para trabalhar em suas plantações. O Nordeste, de acordo com as propostas das bancadas nordestinas, podiam supri-las (SILVA, 1978). A referida autora ainda questiona por que Eloy de Souza, tão contundente em sua análise, tão preocupado em medir com exatidão o valor da força de trabalho, propôs, como alternativa para o progresso, tornar o Nordeste um “celeiro de reprodução de mão-de-obra”. Ao que ela mesma responde, amenizando um pouco a crítica ao deputado.

Em suma, para esta autora, o deputado procura adequar os interesses econômicos do Estado aos da União, propondo uma reformulação da política de auxílios que, dada a sua descontinuidade, não possibilitava a realização de obras públicas para o desenvolvimento da região (SILVA, 1978). Pelo visto, o sentido de federação no Brasil foi desvirtuado em função das forças locais e oligárquicas dos Estados mais ricos do país, gerando um Estado Oligárquico, que feria o princípio básico do federalismo: a garantia de amplos poderes ao Presidente e grande autonomia aos estados, conforme a Constituição promulgada em 1891, baseada na Constituição americana.

Depois do livro de Janice Theodoro, o trabalho sistemático mais recente é a dissertação de mestrado de Rita de Cássia Ribeiro, intitulada, *Eloy de Souza: sociologia de um sertanejo* (2002), explanando o seu pensamento, numa perspectiva socioantropológica, de base biográfica e histórica. Ela ressalta a imagem do “homem sertanejo” que ele criou, inserindo esta construção ideológica numa realidade maior que é a nação.

Conforme essa autora, Eloy de Souza constrói uma identidade nordestina, essencialmente sertaneja e rural, com qualidades culturais e morais remontando à história das lutas pela conservação do território nacional. Através dessas qualidades, o homem sertanejo seria elevado à condição de cidadão, tornando-se parte integrante da identidade nacional, complementar à litorânea e urbana. Desse modo, o sertão seria o lugar da construção de uma identidade específica formada por um certo homem e seu meio, através de uma história e saber locais; uma cultura, a sertaneja, com um colorido único e próprio. Assim, o sertanejo é parte integrante da nacionalidade, contribuindo com valores positivos, como a coragem, a lealdade e a valentia ao formar a história da conquista e do território nacional (RIBEIRO, 2002). Ela ainda chama a atenção para o fato de Eloy de Souza falar, nas suas obras, do sertão e do sertanejo, “de dentro”, sendo esta uma forma inusitada e original para a época, diante de haver uma concordância entre os pensadores sociais, a exemplo de Nina Rodrigues, Silvio Romero, Oliveira Viana, Euclides da Cunha, em avistar o sertão do litoral.

Conforme essa autora, Eloy adota uma perspectiva conservadora, cuja noção dos problemas do Nordeste, do sertão e do sertanejo só teria saída num espaço simbólico, na construção de uma identidade sertaneja integrada à nacional, fazendo com que o sertanejo adquirisse o status de cidadão brasileiro igualmente aos habitantes do litoral. “Ao levar o sertão para o espaço da Nação, ao levantar e inventariar as técnicas, os hábitos e costumes tentando perpetuá-los para serem transmitidos, ele constrói uma tradição.” (RIBEIRO, 2002, p. 24).

Mais precisamente, Eloy de Souza desempenhava a tarefa de "organização da cultura"¹¹¹ como intelectual, ou seja, como representante e intérprete da “hegemonia”, se valendo de um discurso orgânico cujas matrizes temáticas, Nordeste, Rio Grande do Norte, sertão, vaqueiro, sertanejo, seca, flagelado, irrigação fundamentavam um processo de conhecimento, pela mediação, "compreensão" e educação recíproca. Aliás, cabe aos intelectuais a educação e a formação intelectual e moral do povo-nação, isto é, o trabalho de desenvolver, a partir da própria tradição, uma concepção de mundo. Enquanto ele elabora essas categorias, ao mesmo tempo está fundamentando um discurso ideológico, valendo-se dos aspectos culturais, para se sustentar como político e garantir a coesão do “bloco histórico” agrárioindustrial do Nordeste brasileiro, do qual fazia parte. Assim, a sua voz, a tônica do seu discurso por meio de palestras, na tribuna do Plenário e nos jornais prendia-se intransigentemente a esses núcleos temáticos, sempre em articulação como “intelectual orgânico” da elite dominante brasileira.

Sua obra merecia inserir-se no circuito intelectual, haja vista a incontestável e significativa contribuição para o estudo dos costumes, dos problemas sociais e econômicos regionais, buscando possíveis soluções, como sujeito construtor do processo histórico do mundo rural sertanejo,

¹¹¹ GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do Cárcere*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2. p. 15-53.

especialmente, para a região interiorana do espaço que corresponde ao Rio Grande do Norte.

Nessa perspectiva, metodologicamente procurou-se estudar as interpretações de Eloy de Souza sobre o Nordeste e os dilemas das secas, em especial as relacionadas ao Rio Grande do Norte (em 1877, 1904, 1906, 1915 e 1932), como intelectual orgânico da classe dominante, esperando que, ao resgatá-lo, contribua para o seu devido reconhecimento.

Para a implementação deste trabalho tomou-se por base a pesquisa qualitativa, que, segundo Minayo (1996), é um estudo sobre o universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação. A imersão na esfera da subjetividade, firmemente enraizada no contexto social do qual emerge, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Através dela, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo.

Entre suas características encontram-se as mencionadas por Chizzotti (1991), que implicam a imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções; o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas; os resultados como fruto de um trabalho coletivo resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado; considerar: a constância e a ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio, as revelações e os ocultamentos, a continuidade e a ruptura, o significado manifesto e o que permanece oculto.

Para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, escolheu-se o método de análise de conteúdo, em virtude de se tratar de uma pesquisa voltada basicamente para interpretação de textos escritos, “que não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita de etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada, para ver surgir belas conclusões.” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 216).

Desse modo, a pesquisa tomou por base as leituras das obras de Eloy de Souza, pronunciamentos e artigos de jornais (A República, A Ordem, A Razão), utilizando-se de uma análise crítica, levando-se em conta o desenvolvimento de suas ideias, tentando decifrar o sentido do texto, o que diz o autor como, por que e qual a sua real intenção. Para compreender melhor o seu pensamento foram feitas algumas entrevistas não diretivas ou despadronizadas¹¹² com alguns familiares de Eloy de Souza, a fim de serem esclarecidos alguns de seus dados pessoais que não foram encontrados em livros e demais documentos escritos, por ele ou por outrem.

O trabalho objetivou também verificar como se deu a constituição do pensamento político de Eloy de Souza e quais as suas principais vertentes; analisam seu discurso parlamentar, presente em suas intervenções em plenário, participação em comissões e em seus projetos, particularmente na área temática das secas; investigar o seu discurso jornalístico e literário, buscando compreender a elaboração e/ou reiteração de categorias, de representações e de valores.

Por fim, apresentamos em referências 1 a obra de Eloy de Souza, e em referências 2 os autores com os quais dialogamos para interpretá-lo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Tereza de Queiroz (Org.) ***Economia das secas***: artigos de Eloy de Souza. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1986.

CARDOSO, Rejane (Coord.). **400 nomes de Natal**. Prefeitura Municipal de Natal, 2000.

CARDOSO, Rejane. **Eloy Castriciano de Souza**: cronologia. Natal, 2007. Texto digitalizado.

8 OLIVEIRA, Elvira. F. de Araújo; FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. *Primeiros passos da iniciação científica*. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2004. p. 230-31. (Coleção Mossoroense. Série "C", v. 1412).

CASCUDO, Luís da Câmara. **Eloy de Souza, jornalista**. A República. Natal, 08 out. 1959. Acta Diurna.

_____. **Vida breve de Auta de Souza**. Natal: EDUFRN UFRN, 2008a.

_____. **Vida de Pedro Velho**. Natal: EDUFRN, UFRN, 2008b.

CASCUDO, Luiz da Câmara; SILVA, Raimundo Nonato da; MEDEIROS, Tarcísio da N. **NECROLOGIA: Eloy de Souza (sócio fundador). Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Natal**, v. LIII. p. 153-155, 1960.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Tradução de Guy Reinaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências sociais e humanas**. São Paulo: Cortez, 1991.

COMTE, Auguste. **Comte**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

FERRO, Jacinto Canela de [Eloy de Souza]. **Cartas de um desconhecido**. Natal: Fundação José Augusto, 1969.

FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. **Meu pai Maciel: memória rediviva**. Mossoró: Gráfica da CEFET, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004. v.2.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Ed. Artes Sul; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LINDOSO, José Antonio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República**. Natal: CCHLA/UFRN, 1992. (Coleção CCHLA).

MELO, Veríssimo. **Patronos e acadêmicos: Academia Norterio-grandense de Letras (analogia e biografia)**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974. V. I e II.

MINAYO, M. C. de Sousa. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1996.

OLIVEIRA, Elvira. F. de Araújo; FILGUEIRA, Maria Conceição Maciel. **Primeiros passos da iniciação científica**. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2004. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 1412).

PEREIRA, Francisco das Chagas. **Eloy de Souza: textos regionalistas**. Natal: Editora Universitária, 1982.

_____. Apresentação. In: SOUZA, Eloy. **Cartas de um sertanejo**. Brasília: Gráfica do Senado, 1983.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Educação e modernização em Henrique Castriciano**. Natal-RN: EDUFRN, 2005.

RIBEIRO, Rita de Cássia. **Eloy de Souza: sociologia de um sertanejo**. 2002. 149f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociedade política da modernidade periférica**. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 2003.

SOUZA, Eloy. **Secas do Norte e cabotagem nacional**. [Rio de Janeiro], [s.n.], 1906. Discurso pronunciado no Congresso Nacional, na sessão de 28 de novembro de 1906. Digitalizado.

_____. **Alma e poesia do litoral do Nordeste**. Natal: [s.n.], [1930]. Conferência em benefício da construção da Capela de Santa Terezinha, Natal, 29 de abril de 1930.

_____. **O calvário das secas.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque. Mossoró-RN, 1976. (Coleção Mossoroense, v. XXXVIII).

_____. **Conferência em Lages.** In: Memória da seca. Mossoró-RN: Fundação Vingt-un Rosado, 1980 (Coleção Mossoroense, v.134).

_____. **Um problema nacional:** projecto e justificação. (Sessão de 30 de agosto de 1911), In: Vint-un Rosado (Org.). Memorial da seca. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1981 (Coleção Mssoroense, v.163).

_____. **Costumes locais e outros temas.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1982. (Coleção Mossoreense, v. CCXXXIV).

_____. **Memórias.** Natal: Gráfica Manibu, 1975.

_____. **Uma carta de Dr. Eloy de Souza.** In: ALVES, Aluizio. *Angicos.* Rio de Janeiro: Pongetti, 1940.

_____. Eloy de Souza, jornalista. **A República.** Natal, 08 out. 1959. Acta Diurna.

SOUZA, Eloy. Jerônimo Rosado. In: Guerra, Otto (Org.). **20º Livro das secas.** 2. ed. Mossoró: [s.n.] (Coleção Mossoroense, 1989).

_____. **Cartas de um sertanejo.** Brasília: Gráfica do Senado, 1983. ARANHA, Tereza de Queiroz (Org.) Economia das secas: artigos de Eloy de Souza. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1986.

SOUZA, Eloy. **Jerônimo Rosado.** In: Guerra, Otto (Org.). **20º Livro das secas.** 2. ed. Mossoró: [s.n.] (Coleção Mossoroense, 1989).

_____. Entrevista Tv. Universitária. In: LYRA, Carlos (Coor.) **Memória viva de Aluizio Alves.** 2. ed. Natal: EDUFRN, 1998.

_____. Uma carta do Dr. Eloy de Souza (ditada para Manoel Rodrigues de Melo, sobre Tavares de Lyra em 17 de fevereiro de 1959. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.** Natal: Tipografia Centro de Imprensa S/A, v. LII. p.48-52, 1960. Penúltimo trabalho de autoria de Eloy de Souza.

ROSADO, Vingt-un (Org.). **Eloy de Souza e Mossoró.** Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 1990. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. DLXXIV).

SOUZA, Eloy. **Cartas a Adauto da Câmara** (17 cartas). In: *Uma viagem pelo arquivo epistolar de Adauto da Câmara.* Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2001. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. 1246).

_____. Felipe Guerra. In: ROSADO, Vingt-un. *O mossoroense Felipe Guerra.* Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado, 2003. (Coleção Mossoroense, Série "C", v. 1371).

SPENCER, H. **Lei e causa do progresso**. Rio de Janeiro: Laemmert, [1896?].